



**V SINGEP**

**Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**  
**International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability**

ISSN: 2317 - 8302

# **ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PESQUISAS SOBRE GERENCIAMENTO DE PROJETOS**

**ALESSANDRO PRUDÊNPIO LUKOSEVICIUS**

Fundação Dom Cabral - FDC

[alessanpl@gmail.com](mailto:alessanpl@gmail.com)

**CARLOS ALBERTO PEREIRA SOARES**

Universidade Federal Fluminense

[carlosoares.uff@gmail.com](mailto:carlosoares.uff@gmail.com)



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade  
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

## ANÁLISE DE CONTEÚDO EM PESQUISAS SOBRE GERENCIAMENTO DE PROJETOS CONTENT ANALYSIS ABOUT PROJECT MANAGEMENT RESEARCHES

### Resumo

A análise de conteúdo é uma abordagem popular entre os pesquisadores de diferentes áreas. No entanto, o volume de uso aparentemente não se traduz em qualidade de aplicação. O método recebe constantes críticas a respeito do rigor científico empregado, sobretudo quando conduzido por pesquisadores iniciantes. Além disso, existe uma escassez de trabalhos sobre análise de conteúdo aplicada ao gerenciamento de projetos. Este artigo propõe um *framework* metodológico para a análise de conteúdo e, a partir dele, investiga o uso desse método nas pesquisas em gerenciamento de projetos. Para cumprir tal objetivo, conjugou-se revisão sistemática de literatura com análise de conteúdo, tendo por referência 23 artigos da base EBSCO nos últimos 20 anos (1996 – 2016). Os resultados mostraram que o *framework* proposto pode auxiliar os pesquisadores a melhor aplicar a análise de conteúdo, além de sugerir que o uso do método em termos de quantidade e qualidade nas pesquisas em gerenciamento de projetos deve ser ampliado.

**Palavras-chave:** análise de conteúdo; gerenciamento de projetos; método de pesquisa; *framework* metodológico; pesquisa descritiva

### Abstract

Content analysis is a popular approach among researchers from different areas. However, the volume of usage apparently does not translate into application quality. The method receives constant criticism about the employee scientific rigor, especially when led by junior researchers. In addition, there is a lack of studies discussing the content analysis applied to the project management. This article aims to propose a methodological framework for content analysis and, from it, investigate the use of this method in project management research. To accomplish this goal, literature systematic review is conjugated with content analysis related to 23 articles from EBSCO base in the last 20 years (1996 – 2016). The results showed that the proposed framework can help researchers better apply the content analysis and suggests that the use of the method in terms of quantity and quality in project management research should be expanded.

**Keywords:** content analysis; project management; research method; methodological framework; descriptive research



## 1. Introdução

A análise de conteúdo (AC) integra-se a vários delineamentos de investigação científica qualitativa e/ou quantitativa (Moraes, 1999; Minayo, 2001; Vala, 2003; Harwood & Garry, 2003). Essa flexibilidade pode explicar a popularidade do método dado o crescente número de publicações anuais (Oliveira, 2008; Silva & Fossa, 2013).

A AC é um método formado por um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição e/ou predição do conteúdo das mensagens manifestas (explícitas) e latentes (ocultas) por meio de indicadores quantitativos e/ou qualitativos (Bardin, 1977; Minayo, 2001; Chizzotti, 2006; Mozzato & Grzybovski, 2011). Assim, a AC revela as camadas simbólicas das mensagens, ou seja, procura conhecer aquilo que está por trás do significado dos elementos analisados (Bardin, 1977) revelando “mapas de conhecimento” enclausurados no conteúdo (Bauer, 2002). Ela traça um meio caminho entre leitura singular verídica e “vale tudo” (Bauer, 2002), entre objetivo e subjetivo (Castro, Abs & Sarriera, 2011), a respeito do comportamento humano (Minayo, 2001) e seus significados.

Bardin (1977) ressalta a importância do rigor na utilização da análise de conteúdo (Silva & Fossa, 2013), pois ao seguir os passos propostos pelo método (Mozzato & Grzybovski, 2011), o pesquisador amplia sua visão a respeito do simbolismo da mensagem (Thompson, 1995). Todavia, o método recebe críticas por ser utilizado sem o rigor metodológico necessário (Oliveira, 2008; Mozzato & Grzybovski, 2011; Silva & Fossa, 2013), sendo muitas vezes aplicado como prática intuitiva e não sistematizada, principalmente, por pesquisadores iniciantes (Oliveira, 2008; Silva & Fossa, 2013).

Além disso, existe uma escassez de trabalhos que discutam a análise de conteúdo no campo do gerenciamento de projetos (Ahsan, Ho e Khan, 2013). Diante do exposto, surge a pergunta de pesquisa: de que forma a análise de conteúdo é utilizada nos artigos de gerenciamento de projetos? Assim, este trabalho descritivo visa propor um *framework* metodológico para a análise de conteúdo e, a partir dele, investigar o uso desse método nas pesquisas em gerenciamento de projetos. Para cumprir tal objetivo, conjugou-se revisão sistemática de literatura com análise de conteúdo tendo por referência 23 artigos da base EBSCO nos últimos 20 anos (1996 – 2016). Os resultados mostraram que o *framework* proposto pode auxiliar os pesquisadores a melhor aplicar a análise de conteúdo, além de sugerir que o uso do método em termos de quantidade e qualidade nas pesquisas em gerenciamento de projetos deve ser ampliado.

## 2. Referencial Teórico

Como os dados não falam por si, é necessário extrair deles o significado (Moraes, 1999). Para isso deve-se converter materiais brutos em dados passíveis de tratamento científico (Freitas, Cunha & Moscarola, 1997). Portanto, a AC pode ser usada para descrever e descobrir associações e relações de causa e efeito entre fenômenos (Vala, 2003), bem como estudar motivações, atitudes, crenças, tendências, contexto e significados (Bardin, 1977) impregnados nas mensagens. No entanto, visto que não há leitura isenta, ressalva-se que a AC é uma interpretação do pesquisador em relação aos dados (Moraes, 1999).

Assim, o foco da AC é a mensagem (Franco, 2005) e a partir dela o pesquisador pode inferir sobre qualquer um dos elementos da comunicação (Holsti, 1969; Bardin, 1977):

- Quem fala: investigar as características de quem emite a mensagem. Por exemplo, identificar o autor a partir do texto-fonte;
- Para dizer o quê: investigar as características da mensagem em si. Por exemplo, comparar temas, discursos, slogans e evolução dos textos de um autor;
- A quem: investigar as características do receptor. Por exemplo, determinar a quem se



dirige uma mensagem;

- Como: investigar as características do meio de comunicação, isto é, estuda a forma e os elementos que contribuem para uma determinada impressão. Por exemplo, estudar a escolha das palavras e a estrutura da frase;
- Com que finalidade: investigar os objetivos explícitos e ocultos do emissor da mensagem;
- Com que resultado: investigar os efeitos de uma comunicação sobre o receptor. Assim, pode-se prever a reação do receptor diante da mensagem.

Vale destacar que a coleta, análise e interpretação de dados devem ser integradas na AC (Bardin, 1977). Por isso, em termos cronológicos, os estágios da análise de conteúdo são: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977). No primeiro estágio organiza-se o material a ser analisado. No segundo estágio, efetua-se a análise. E no terceiro estágio, busca-se as explicações para os fenômenos pesquisados.

## 2.1 Pré-análise

A pré-análise organiza o material com vistas a operacionalizar e sistematizar os elementos de pesquisa para posterior desenvolvimento, análise (Bardin, 1977) e interpretação (Silva & Assis, 2010). A organização do material deve conter atividades precisas, porém flexíveis (Camara, 2013), assim como estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas (Silva & Fossa, 2013).

Vale ressaltar a diferença entre o universo demarcado para a pesquisa e o *corpus* para a análise. O universo de pesquisa é composto pelos materiais sobre os quais se pode efetuar a análise e o *corpus* da análise refere-se aos materiais que serão efetivamente submetidos aos procedimentos analíticos.

### 2.1.1 A leitura flutuante do material

A leitura flutuante (geral) é um primeiro contato com os materiais disponíveis para a coleta de dados e que serão submetidos à análise (Camara, 2013). Neste momento, o pesquisador começa a conhecer a estrutura da narrativa e ter as primeiras orientações e impressões das mensagens contidas nos conteúdos (Richardson, 1999).

### 2.1.2 O *corpus* da análise de conteúdo

Uma comunidade se expressa pelos materiais (textos, filmes, sons) que cria (Bauer, 2002). Assim, Bardin (1977) afirma que os tipos de materiais a serem submetidos a análise são: (1) os naturais, produzidos espontaneamente no dia a dia e sem a participação do pesquisador, por exemplo, livros, artigos e documentos em geral e (2) os coletados para o estudo, por exemplo, entrevistas e respostas a questionários e formulários. A AC trabalha com ambos.

Via de regra, a AC lida com materiais textuais escritos, mas o método pode ser aplicado a imagens ou sons (Bauer, 2002). Logo, a AC analisa mensagens advindas de comunicação verbal (oral e escrita), não verbal e visual. Por exemplo: cartas, cartazes, jornais, revistas, diários, livros, artigos, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, filmes, fotografias e vídeos (Moraes, 1999), bem como à observação de gestos e expressões faciais (Freire, 2010).

Pelo apresentado acima, identificar o *corpus* da análise significa escolher os materiais que demarcam o que será analisado. Essa amostragem deve ser pautada por critérios (Vala, 2003). Por exemplo, Martens, Brones & Carvalho (2013) definiram para uma pesquisa, em que os materiais eram formados por artigos, os critérios para a seleção da amostragem: (1) tema gerenciamento de projetos; (2) tema sustentabilidade; (3) presença ou alguma



proximidade com as palavras-chave: sustentabilidade e gerenciamento de projetos; (4) o artigo usar a abordagem do tipo discussão conceitual ou aplicação a um estudo de caso.

Em relação a escolha dos materiais, a AC tem algumas vantagens: (1) é um método não obstrutivo, ou seja, a amostragem muitas vezes incide sobre material que não foi produzido com o objetivo de investigação empírica, tais como: entrevistas de jornal e memorandos da empresa (Vala, 2003) e (2) é um método que pode incidir sobre material não estruturado como vídeo e som (Vala, 2003). Machado (2007) recomenda a saturação de informações como fator para delimitação da amostra, isto é, “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” (Fontanella, Ricas & Turato, 2008, p.17).

A amostragem, também, deve seguir quatro princípios básicos de validade (Bardin, 1977; Richardson, 1999; Minayo, 2007; Silva & Fossa, 2013; Camara, 2013):

- Exaustividade: deve-se levantar todo o material suscetível de análise. Por exemplo, esgotar a totalidade do texto;
- Representatividade: a amostra selecionada deve ser um fiel reflexo dos materiais que integram o conjunto, ou seja, que represente de forma fidedigna o universo de pesquisa. Dependendo do tipo de análise de conteúdo e do volume do material a ser analisado, recomenda-se proceder a uma amostra representativa aleatória (Oliveira *et al.*, 2003);
- Homogeneidade: os materiais incluídos na amostra devem obedecer aos mesmos critérios, evitando particularidades (singularidade fora dos critérios);
- Pertinência: os materiais selecionados devem proporcionar a informação adequada para cumprir os objetivos da pesquisa.

### 2.1.3 O quadro teórico, o objetivo e as hipóteses/ proposições

Em primeiro lugar, deve-se realizar o levantamento do quadro teórico sobre o tema da pesquisa. Essa fundamentação teórica irá orientar a classificação em categorias, além da inferência e interpretação dos resultados (Franco, 2005). Em seguida, declara-se o objetivo informando aonde se pretende chegar com a pesquisa. Como o objetivo visa responder a questão de pesquisa, é comum os dois elementos compartilharem uma parte do texto. Em outras palavras, o objetivo é uma visão transformada da pergunta de pesquisa.

As hipóteses (pesquisa quantitativa) ou proposições (pesquisa qualitativa) são afirmações a respeito do fenômeno em estudo, no sentido de tentar explicá-lo, que podem ser comprovadas ou refutadas (Bardin, 1977). Então, a partir da leitura flutuante pode-se definir as hipóteses ou proposições para o estudo (Silva & Fossa, 2013), exceção feita ao tipo de pesquisa exploratória que visa conhecer o fenômeno sem concepções prévias (Vergara, 2012). Ademais, a saída da AC são categorias (conceitos) que descrevem o fenômeno estudado e, usualmente, servem de referência para a elaboração de modelos, mapas e sistemas conceituais (Elo & Kyngas, 2008).

### 2.1.4 O tipo de grade para análise

É necessário que o pesquisador defina que tipo de abordagem vai usar para identificação das categorias e análise dos materiais. Nessa direção, Vergara (2012) sugere a escolha de uma das três abordagens:

- Grade aberta (*a posteriori* ou indutiva): segue a lógica do particular para o geral, ou seja, identifica-se as categorias a medida que o pesquisador vai explorando o material de análise. Recomendada para pesquisas exploratórias (Vergara, 2012), quando não existem estudos prévios sobre determinado fenômeno ou quando os dados estão muito dispersos, dificultando a definição de categorias *a priori* (Polit & Beck, 2004);



- Grade fechada (*a priori* ou dedutiva): segue a lógica do geral para o particular, ou seja, define-se as categorias com base em conhecimentos prévios advindos da fundamentação teórica e identifica-se no material selecionado os elementos a serem integrados nas categorias já estabelecidas. Recomendada para pesquisas explicativas ou descritivas (Vergara, 2012), quando se pretende testar uma teoria em diferentes situações ou para comparar categorias em períodos de tempo distintos (estudos longitudinais) (Bauer, 2002; Polit & Beck, 2004);
- Grade mista: conjuga as lógicas dedutiva e indutiva, ou seja, identifica-se as categorias *a priori*, porém pode-se incluir, excluir ou modificar categorias *a posteriori* a medida que a exploração do material ocorre.

### 2.1.5 O esquema de codificação

O esquema de codificação detalha as instruções de codificação que são especialmente importantes quando se envolve mais de um pesquisador. Portanto, a inclusão de um segmento de conteúdo em uma categoria pressupõe a detecção dos indicadores relativos a essa categoria nesse conteúdo (Vala, 2003), norteando a classificação (inclusão) dos conteúdos nas categorias para posterior interpretação (Bardin, 1977).

A definição dos critérios deve considerar se a pesquisa incluirá apenas conteúdos manifestos (explícitos) na transcrição dos dados ou se considerará também conteúdos latentes (ocultos) (Graneheim & Lundman, 2004). Os critérios de classificação com os detalhes sobre o que e como codificar são escritos no manual de codificação e este orientará o processo de codificação (Rose, Spinks & Canhoto, 2015).

Para Bardin (1977), no processo de escolha de categorias adotam-se os critérios:

- sintáticos (lexical): indica como algo é dito ou escrito, isto é, mostra o sentido e significado das palavras. Por exemplo, a frequência e ordenação das palavras, o vocabulário, os tipos de palavras, as características gramaticais e estilísticas, tais como: verbos, adjetivos, advérbios, pronomes, antônimo, sinônimo;
- semânticos (temático): indica o que é dito ou escrito. Por exemplo, os temas na forma de palavras, sentenças e unidades maiores de texto;
- expressivos: busca entender as variações na linguagem e na escrita. Por exemplo, os problemas de linguagem.

## 2.2 Exploração do material

Na exploração do material ocorre a análise do material organizado na pré-análise. Desse modo, o material que compõe a amostra (*corpus* da análise) é submetido a um estudo aprofundado e sistemático. Ademais, durante a exploração, o pesquisador deve se orientar constantemente pela questão de pesquisa e pelas hipóteses e proposições para não se perder em meio aos dados. Portanto, neste estágio ocorre as efetivas codificação, classificação e categorização do material (Bardin, 1977).

### 2.2.1 As unidades de análise de conteúdo

Os conteúdos chegam ao pesquisador em formato bruto e necessitam de tratamento para serem analisados (Moraes, 1999). Logo, para serem tratados é preciso desagregar os conteúdos em seus elementos constitutivos, denominados unidades de análise. Moraes (1999, p. 5) define unidade de análise de conteúdo como "um elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente a classificação". A decisão sobre o que será unidade de análise depende da natureza do problema e do conteúdo a ser analisado e as mesmas precisam ser escritas para serem compreendidas fora do contexto original em que se encontravam (Moraes,



1999). A AC recomenda a definição de três tipos de unidades: unidades de registro, unidade de contexto e unidade de enumeração (Vala, 2003).

### 2.2.1.1 Unidade de registro

É a menor unidade de significação. É o segmento de conteúdo base para a codificação que levará à categorização e à contagem frequencial. Dessa forma, as unidades de registro servem para se analisar o conteúdo das mensagens e são comumente do tipo: palavra, frase, expressão, parágrafo, tema, personagem, acontecimento, item (livro, artigo, filme) (Minayo, 2001; Vergara, 2012) e objeto (Oliveira *et al.*, 2003). Os tipos de unidades de registro não são excludentes, podendo ser combinadas (Franco, 2005). Assim, permite-se analisar um material por diversos ângulos operacionalizando-se unidades de registro diferentes.

As unidades de registro mais utilizadas são:

- Palavra: permite analisar tendências ou riqueza vocabular. Para esta última, pode-se dispor do coeficiente de variedade vocabular e coeficiente gramatical (Richardson, 1999);
- Tema: permite recortar o conteúdo pelo sentido. Segundo Urung (1974, p. 26, *apud* Oliveira *et al.*, 2003), “o tema pode ser evocado em uma única afirmação ou desenvolvido em uma passagem de texto inteira; ele pode aparecer sob forma de uma alusão em um detalhe (a escolha de uma palavra ou mesmo uma forma gramatical) ou estar presente, difuso, dentro de uma passagem”. O tema é o tipo mais comum de unidade de registro (Vala, 2003), sendo amplamente utilizado em estudos de motivações, valores, opiniões, atitudes e crenças, assim como em respostas a perguntas abertas de questionários e transcrições de entrevistas e de grupos focais (Richardson, 1999; Oliveira *et al.*, 2003). Por exemplo, rastrear a presença do tema liberdade em respostas a uma entrevista;
- Personagem: trata-se do sujeito principal de ação, seja humano ou animal. Neste caso, a codificação se faz em relação às características ou atributos do personagem (por exemplo, características biológicas, status, idade). Este tipo de análise é muito comum em análises de romances e filmes (Richardson, 1999);
- Item (documento): neste caso, a unidade de registro é o documento completo (por exemplo, carta, artigo, filme, livro, jornal) (Richardson, 1999).

Graneheim e Lundman (2004), por exemplo, alertam que unidades de análise compostas por mais de uma sentença e com diferentes sentidos podem dificultar a compreensão das nuances do fenômeno. Por outro lado, unidades de análise muito restritivas, com poucas palavras, podem levar a uma fragmentação do fenômeno investigado. Assim, as unidades de registro e de contexto não devem ser nem muito pequenas, nem muito grandes. A escolha das unidades de registro e de contexto depende da natureza do problema (Richardson, 1999).

### 2.2.1.2 Unidade de contexto

O contexto é importante para as análises científicas (Thompson, 1995) e precisa ser reconstruído pelo pesquisador para entender a comunicação simbólica de um texto (Moraes, 1999). Consequentemente, além do conteúdo explícito, deve-se considerar: o autor, o destinatário, as formas de codificação e a transmissão da mensagem (Moraes, 1999).

Desse modo, a unidade de contexto mapeia o contexto que envolve a unidade de registro permitindo compreender melhor o significado (o objeto como ele é) e sentido dela (representação social do objeto) (Vala, 2003; Mozzato & Grzybovski, 2011) para fim de interpretação (Moraes, 1999). Portanto, uma unidade de contexto pode conter diversas unidades de registro (Moraes, 1999). Por exemplo, se a palavra e o tema são unidades de



registro, respectivamente, a frase e o parágrafo poderiam ser unidades de contexto.

### **2.2.1.3 Unidade de enumeração**

Quando a AC se estender para a quantificação (não é obrigatório), deve-se definir como as unidades de registro serão quantificadas em termos de espaço, frequência e intensidade. No caso da frequência, assume-se que: (1) a frequência com que uma unidade de registro aparece no conteúdo reflete a importância dessa unidade e (2) as unidades de registro possuem o mesmo peso e assim podem ser comparadas entre si.

As unidades geométrica e aritmética são os tipos mais comuns de unidades de enumeração. As unidades geométricas quantificam o espaço e são mais comuns nas análises de imprensa, área em que a AC é tradicionalmente utilizada. Por exemplo, centímetro e altura de uma coluna de jornal. As unidades aritméticas (contagem) englobam a frequência e a intensidade. As mais comuns, segundo Bardin (1977), são: a) a presença ou ausência de determinado elemento; b) a frequência com base no número de ocorrências; c) a frequência ponderada (quando um elemento é mais importante do que outro); d) o grau de intensidade com que cada elemento aparece; e) a direção (favorável, desfavorável, neutra ou ambivalente); f) a ordem de aparição das unidades de registro; g) a co-ocorrência das unidades de registro, isto é, a presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto. Para a co-ocorrência pode-se considerar a distribuição (dispersão ou concentração) dos elementos ou a relação (associação, equivalência ou oposição) dos elementos.

### **2.2.2 A codificação das informações**

Para Holsti (1969, p. 94), “a codificação é um processo pelo qual os dados em bruto são sistematicamente transformados e agrupados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo”. Para Bardin (1977), uma unidade de registro significa uma unidade a se codificar.

Portanto, codificar significa rastrear o conteúdo em busca de unidades de registro. Essa busca deve respeitar os critérios de classificação especificados, podendo as unidades de registro serem reagrupadas de novas maneiras (por exemplo, em unidades de contexto) até que se tenha uma adequada representação do conteúdo. Entretanto, antes de se codificar o conteúdo, recomenda-se que o manual de codificação seja aplicado em uma amostra de conteúdo, isto é, em um piloto (pré-teste) visando detectar problemas.

Vale ressaltar que no processo de codificação perde-se parte da informação do material analisado (Moraes, 1999), ou seja, não é possível reconstruir o material original a partir dos códigos (Bauer, 2002).

### **2.2.3 O agrupamento das unidades de conteúdo em categorias**

A categorização é um ponto crucial para a análise de conteúdo (Holsti, 1969; Franco, 2005). Assim, as categorias são empregadas para se estabelecer agrupamentos de acordo com uma lógica de classificação. Na perspectiva da AC, as categorias são vistas como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos que reúnem características ou conceitos comuns (Bardin, 1977; Moraes, 1999; Minayo, 2001). Assim, a classificação ocorre por semelhança ou analogia segundo critérios previamente estabelecidos no processo (Moraes, 1999).

A categorização é uma prática de redução do conteúdo em torno das suas partes mais significativas para permitir sua melhor apreensão e explicação (Cavalcante *et al.*, 2014). Em outras palavras, as categorias são um esforço de síntese da comunicação (Moraes, 1999). Algum grau de abstração será requerido do pesquisador para a definição das mesmas.

Vale ressaltar que quanto maior o número de categorias, maior a precisão da





classificação. Entretanto, um número grande de categorias pode dificultar a análise e indicar incapacidade para categorizar. Em geral, a AC exigirá um número reduzido de categorias (Moraes, 1999).

As categorias devem cumprir alguns requisitos (Bardin, 1977; Freitas *et al.*, 1997; Moraes, 1999; Franco, 2005; Cavalcante *et al.*, 2014):

- Validade: a validade da categoria ocorre quando todos os aspectos significativos do conteúdo investigado, do objetivo e do problema de pesquisa estiverem representados nas categorias. Quando as categorias são definidas *a priori*, a validade pode ser construída a partir de um fundamento teórico. No caso das categorias emergirem dos dados (*a posteriori*), a validação é construída gradativamente. Para aumentar a confiabilidade de uma pesquisa, Creswell (2007) recomenda oito estratégias de validade: (1) triangular diferentes fontes de informações (triangulação de dados), triangular mais de uma explicação (triangulação teórica), triangular mais de um pesquisador (triangulação de pesquisadores) e triangular mais de um método (triangulação metodológica); (2) permitir verificação e comentários dos participantes sobre os resultados; (3) comunicar detalhadamente os resultados, incluindo citações do conteúdo original; (4) esclarecer o viés que o pesquisador traz para o estudo; (5) apresentar perspectivas negativas ou discrepantes sobre os temas; (6) passar um tempo prolongado em campo; (7) utilizar a revisão por pares do pesquisador e (8) solicitar o exame da pesquisa por um investigador independente. No caso da triangulação de pesquisadores, a consistência da codificação entre eles pode ser verificada por: percentual simples,  $\pi$  de Scott, kappa de Cohen ou alpha de Krippendorff (Neuendorf, 2002). O cálculo do percentual simples se dá pela fórmula:  $PA = A / (n \times 100)$  sendo que: PA é o percentual de concordância, A é o número de concordâncias e n é número de segmentos codificados (Rose *et al.*, 2015). Apesar de não haver consenso, alguns autores entendem ser consistente um PA superior a 80% (Neuendorf, 2002);
- Exaustividade: as categorias devem permitir a inclusão de todas as unidades de análise, isto é, enquadrar todo o conteúdo sem omissão de nenhuma parte;
- Homogeneidade: todas as categorias devem respeitar somente um critério de classificação;
- Exclusividade mútua: um conteúdo deve ser classificado em apenas uma categoria;
- Objetividade: os critérios de classificação devem ser consistentes a ponto de codificadores diferentes chegarem aos mesmos resultados. Assim, a classificação não será afetada pela subjetividade dos codificadores;
- Pertinência: as categorias devem ser adequadas ao objetivo da pesquisa;
- Produtividade: o sistema de categorias devem ser fértil para a geração de novas hipóteses ou proposições, e o aprofundamento de teorias.

Se existirem diferentes níveis de análise, eles devem ser separados em diferentes categorias. Portanto, pode haver vários níveis de categorização, sendo as categorias resultantes de um processo de sistematização progressivo. Caso uma unidade de registro não se encaixar em nenhuma categoria, pode-se acrescentar uma categoria genérica (por exemplo, "outro" ou "não se aplica") para garantir que todas as unidades serão categorizadas (Bauer, 2002).

No entanto, é comum organizar progressivamente as categorias em três níveis seguindo uma escala crescente de amplitude: as mais numerosas e menos amplas são denominadas categorias iniciais e as categorias menos numerosas e mais amplas são denominadas intermediárias e finais (Moraes, 1999).



#### **2.2.4 A descrição das categorias**

Descrever as categorias consiste na apresentação dos resultados do trabalho de categorização. Se a abordagem for quantitativa, envolverá a apresentação de tabelas e quadros, assim como frequências e percentuais a respeito das categorias (Moraes, 1999). Se a abordagem for qualitativa, para cada categoria deve-se apresentar uma síntese com base nas unidades de registro (Moraes, 1999). A definição de cada categoria pode obedecer conceitos definidos no referencial teórico ou ser fundamentada nas citações diretas dos documentos (Camara, 2013).

#### **2.3 Tratamento dos resultados, inferência e interpretação**

As finalidades da análise são: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar as hipóteses ou proposições da pesquisa, responder a pergunta formulada, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado (Minayo, 2001).

Pelo posto, este é o momento da intuição, reflexão e crítica (Bardin, 1977) em que o pesquisador deve promover a associação entre a base teórica e as ideias identificadas no conteúdo (Freire, 2010). Assim, o pesquisador confronta os resultados com a teoria que deu suporte a investigação, tendo como norte o problema de pesquisa (Vergara, 2012). A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação (Bardin, 1977; Camara, 2013).

Para evitar o distanciamento entre teoria e prática na pesquisa, Minayo (2001) alerta para três obstáculos a uma análise eficiente: (1) achar que a realidade dos dados se apresentará de forma nítida logo de início; (2) envolver-se tanto com os métodos e as técnicas a ponto de esquecer os significados presentes nos dados e (3) ter dificuldade em conjugar as conclusões advindas dos dados concretos com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos.

Por fim, o objetivo da pesquisa qualitativa é captar um saber que está por trás dos materiais pesquisados (Cavalcante *et al.*, 2014), ou seja, desvendar o conteúdo manifesto e o conteúdo latente (Bardin, 1977). No entanto, na AC não é obrigatório abordar os dois tipos de conteúdo, podendo o pesquisador se deter apenas no conteúdo manifesto.

##### **2.3.1 O tratamento dos resultados**

O tratamento dos resultados consiste em preparar e apresentar os dados para a inferência e interpretação. Na abordagem quantitativa, os dados podem ser tratados por meio de técnicas estatísticas simples como análise de frequências ou por intermédio de outras mais complexas como análise fatorial e análise de variância (Bardin, 1977; Roesch, 1999); na abordagem qualitativa, por exemplo, realiza-se a justaposição das categorias (Silva & Fossa, 2013).

Nesse momento vale salientar que: (1) com o apoio de computador pode-se processar grandes quantidades de material, porém a interpretação cabe sempre ao pesquisador (Vergara, 2012) e (2) em certas situações, os dados não são suficientes para estabelecer as conclusões e, em decorrência disso, deve-se retornar à fase de coleta de dados para suplementar as informações faltantes (Minayo, 2001). Desta forma, a análise se processará de maneira cíclica e não linear (Moraes, 1999).

##### **2.3.2 A inferência e interpretação dos resultados**

A inferência e interpretação buscam o entendimento mais aprofundado do conteúdo das mensagens apoiando-se em procedimentos estatísticos, interpretativos ou ambos (Vergara, 2012). Por conseguinte, a inferência conecta a descrição da mensagem (descrição das características) com a interpretação da mensagem (significação das características) (Franco,



2005). Logo, a inferência é a expansão das conclusões de um grupo menor para a população mais ampla e a interpretação é a busca por compreensão mais profunda, ambas balizando-se na fundamentação teórica e nos dados (Moraes, 1999). Afinal, o objetivo da AC é produzir inferências sobre os elementos do processo de comunicação: emissor, receptor, meio, codificação e decodificação (Franco, 2005).

A AC presta-se tanto aos fins exploratórios (descoberta) quanto aos de verificação e confirmação de hipóteses e proposições pré-estabelecidas (Vergara, 2012). Por consequência, a AC faz a ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais (Bauer, 2002). Para Camara (2013, p. 182), “o esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.”

Observa-se que o *corpus* da análise oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém (Bauer, 2002). Desta forma, para sua execução, a inferência e a interpretação dos dados podem se guiar pela grade escolhida no estágio de pré-análise.

#### **2.4 As limitações da análise de conteúdo**

Os métodos de pesquisa possuem limitações inerentes e nenhum é capaz de abarcar todos os elementos que cercam os fenômenos estudados. Assim, segue-se algumas limitações da análise de conteúdo: (1) No caso da pesquisa qualitativa: a necessidade de extrapolar o que está além do conteúdo exige grande experiência e domínio do método de análise de conteúdo, além de capacidade interpretativa por parte do pesquisador (por exemplo, habilidade em conduzir as entrevistas e analisá-las). Portanto, o pesquisador deve extrair o significado dos conteúdos procurando reduzir o nível de subjetividade (Oliveira *et al.*, 2003; Cavalcante *et al.*, 2014). Ademais, Thompson (1995) alerta para o mito do receptor passivo e que a não neutralidade do pesquisador pode afetar a análise de conteúdo. Todavia, vale destacar que esse é um potencial problema inerente as abordagens qualitativas em geral e (2) No caso da pesquisa quantitativa: a frequência de um conteúdo não necessariamente determina a importância do conteúdo, ou seja, um elemento mais frequente pode não ser o mais importante e vice-versa (Oliveira *et al.*, 2003). Por exemplo, um elemento relevante pode ter sido pouco verbalizado por repressão do entrevistado (Ghiglione *et al.*, 1980), ofuscando sua importância.

### **3. Metodologia**

Este artigo visa propor um *framework* metodológico para a análise de conteúdo e, a partir dele, investigar o uso desse método nas pesquisas em gerenciamento de projetos. Assim, optou-se por uma abordagem descritiva. Essa escolha se justifica, pois deseja-se descrever as características da AC no campo do gerenciamento de projetos (Gil, 2010) em busca dos conteúdos manifestos e latentes (Bardin, 1977; Cavalcante, Calixto e Pinheiro, 2014). A pesquisa foi estruturada em dois estágios: (1) desenvolvimento do *framework* metodológico para AC e (2) aplicação da AC nos artigos de gerenciamento de projetos que utilizem AC.

No estágio 1, para desenvolver o *framework* metodológico, inicialmente, explorou-se a literatura científica sobre análise de conteúdo tendo como base material já publicado no portal de periódicos da CAPES. Para conhecer melhor o problema pesquisado recorreu-se a artigos, livros, revistas, jornais, dissertações e teses (Gil, 2010). Segundo Gil (2010), a vantagem da pesquisa exploratória é permitir ao pesquisador cobrir um leque de fenômenos mais amplo do que aquele que ele poderia pesquisar diretamente.

No estágio 2, desenvolveu-se um manual de codificação com base no *framework*



metodológico do estágio 1. Em seguida, aplicou-se o manual no *corpus* de análise deste estudo para se conhecer a aplicação da AC no gerenciamento de projetos. Os critérios para a escolha do *corpus* de análise foram: (1) artigos da base EBSCO nos últimos 20 anos (1996 – 2016), (2) descritores “project management” e “content analysis” e (3) textos completos de revistas acadêmicas (analisadas por especialistas). Após a aplicação dos critérios obteve-se 23 artigos que os respeitava, bem como aos quatro princípios básicos de validade: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 1977; Richardson, 1999; Minayo, 2007; Silva & Fossa, 2013; Camara, 2013).

A grade escolhida para a análise foi do tipo fechada, isto é, uma grade dedutiva com categorias definidas *a priori* com base em fundamentação teórica. Essa grade é recomendada para pesquisas descritivas (Vergara, 2012) como é caso deste trabalho. Assim, foram definidas as categorias iniciais, intermediárias e finais em ordem crescente de amplitude:

- Iniciais: (1) tipo de material, (2) critério(s) para seleção do corpus da análise, (3) menção aos princípios básicos de validade para a amostragem, (4) quadro teórico, (5) hipóteses e proposições, (6) elemento de comunicação em foco, (7) tipo de grade para análise, (8) tipo de pesquisa, (9) tipo de critério de classificação, (10) unidade de registro, (11) unidade de contexto, (12) unidade de enumeração, (13) quantidade de níveis de categoria, (14) quantidade de categorias finais, (15) requisitos do sistema de categorias informado, (16) descrição das categorias, (17) tipo de tratamento dos dados, (18) menção à técnica para tratamento dos dados, (19) inferência e interpretação a partir das categorias e (20) limitações do método análise de conteúdo
- Intermediárias: (1) amostragem, (2) quadro teórico e hipóteses/ proposições, (3) delineamento de pesquisa, (4) codificação, (5) categorização, (6) tratamento dos dados, (7) inferência e interpretação e (8) limitações;
- Finais: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação e limitações.

O critério de classificação foi baseado em itens do tipo artigos (documentos completos), porém a unidade de registro é do tipo tema, a unidade de contexto é o parágrafo e unidade de enumeração é aritmética e baseada na frequência das categorias. Desse modo, entende-se que o sistema de categorias respeitou os requisitos: validade, exaustividade, homogeneidade, exclusividade, objetividade e pertinência. (Bardin, 1977; Moraes, 1999).

Por fim, as categorias foram descritas tendo por referência as unidades de registro (Moraes, 1999) e os resultados analisados pela justaposição das categorias (Silva & Fossa, 2013) com vias a responder a questão de pesquisa.

#### 4. Análise dos Resultados

Este artigo descritivo visa propor um *framework* metodológico para a análise de conteúdo e, a partir dele, investigar o uso desse método nas pesquisas em gerenciamento de projetos. Assim, o conhecimento da forma como a análise de conteúdo é utilizada no campo do gerenciamento de projetos possibilitará aos pesquisadores implementar melhorias que contribuirão com o rigor científico na aplicação do método. Nessa direção, a Tabela 1 apresenta um *framework* metodológico para a análise de conteúdo inspirado em revisão sistemática de literatura e organizado em três estágios e 11 atividades.

O *framework* proposto pode servir como guia para os pesquisadores que queiram aplicar o método AC em seus estudos. Em relação aos estágios, optou-se por manter a quantidade e nomenclatura consagrada por Bardin (1977). Cada estágio se organiza em atividades que visam transformar em ações as recomendações presentes na literatura científica sobre análise de conteúdo mostrada anteriormente neste artigo.

**Tabela 1 – Framework metodológico para análise de conteúdo**

Estágios	Atividades
Pré-análise	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ler em geral o material (leitura flutuante)</li><li>• Selecionar as amostras (<i>corpus</i> da análise)</li><li>• Elaborar o quadro teórico, o objetivo e as hipóteses/proposições</li><li>• Definir o tipo de grade para análise</li><li>• Elaborar o esquema de codificação</li></ul>
Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar as unidades de análise de conteúdo</li><li>• Codificar as informações</li><li>• Agrupar as unidades de análise de conteúdo em categorias</li><li>• Descrever as categorias</li></ul>
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tratar os resultados</li><li>• Inferir e/ou interpretar os resultados</li></ul>

Fonte: Próprios autores

Assim, um manual de codificação, criado a partir do *framework* da Tabela 1, é composto por 20 categorias iniciais, oito categorias secundárias e três categorias finais. As categorias iniciais detalham as categorias secundárias que, por sua vez, detalham as categorias finais. O manual de codificação foi aplicado no *corpus* da análise deste estudo, isto é, nos 23 artigos selecionados na base EBSCO da área de gerenciamento de projetos coletados nos últimos 20 anos (1996 – 2016) e que empregaram a AC como método de análise.

Inicialmente, nota-se que predominou nos artigos a utilização do tipo de material natural (produzidos espontaneamente e não para fim de pesquisa). Esse resultado ressalta que a flexibilidade da AC, no sentido de poder ser aplicada a praticamente qualquer tipo de material (Fontanella *et al.*, 2008), tem sido aproveitada pelas pesquisas em gerenciamento de projetos. Houve, também, nos artigos a prevalência da informação dos critérios para a seleção do *corpus* da análise, conforme recomendado pela literatura científica (Vala, 2003). No entanto, nenhum artigo mencionou os princípios básicos de validade para a amostra. Desta forma, não foi possível identificar se os autores respeitaram os princípios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência na escolha do *corpus* da análise.

Em cerca de dois terços dos artigos os autores se preocuparam em estabelecer um quadro teórico como referência para a análise de conteúdo. Assim, constata-se que a maioria dos estudos se preocuparam em estabelecer uma fundamentação teórica base para a definição ou inferência a partir das categorias, conforme recomendado por Franco (2005). Porém, na quase totalidade dos artigos não se definiu hipóteses ou proposições para guiar a investigação. A estipulação de hipóteses ou proposições não é obrigatória, pois depende do delineamento de pesquisa adotado. Todavia, as hipóteses e proposições auxiliam o pesquisador a se orientar em meio aos dados.

Em todos os artigos investigados o foco de estudo do conteúdo foi a mensagem. Assim, não se encontrou estudos a respeito dos demais elementos da comunicação como o emissor, o receptor, o meio, a codificação e a decodificação.

Houve um predomínio nos artigos do tipo de grade *a priori* com quase 70% dos artigos em relação a grade *a posteriori* com aproximadamente 30%. Isso indica a prevalência da grade fechada, baseada em raciocínio dedutivo em que as categorias são definidas antecipadamente.



O tipo de pesquisa quantitativa predominou seguido de perto pela pesquisa qualitativa. Aqui, pode-se perceber o equilíbrio das abordagens qualitativa e quantitativa com leve pendência para a abordagem quantitativa. Esse resultado é coerente com a ocorrência da unidade de quantificação aritmética do tipo frequência encontrada em 74% dos artigos pesquisados.

Em todos os artigos encontrou-se o tipo de critério de classificação semântico, não havendo ocorrências dos tipos sintático ou expressivo, assim como em todos os casos, a unidade de registro usada foi do tipo tema. Não foram encontradas unidades do tipo palavra, item, personagem, frase, expressão ou acontecimento. Todavia, em nenhum artigo consta referências as unidades de contexto. Esses resultados não são exclusividade dos estudos em gerenciamento de projetos, pois existe uma predileção dos pesquisadores por analisar os conteúdos com foco nos temas (Vala, 2003), assim como não é comum mencionar explicitamente a unidade de contexto nos estudos.

Em relação a unidade de enumeração, 74% dos artigos utilizaram a unidade aritmética frequencial, não havendo referências a unidade geométrica. Esse achado é coerente com a predominância da abordagem quantitativa, informados anteriormente.

Em relação a quantidade de categorias finais, apenas um artigo apresentou 29 categorias, destoante dos demais que ficaram entre 3 e 12 categorias, sendo a média aproximada de 7 categorias. Ademais, a destacada maioria dos artigos emprega apenas um nível de categoria. No entanto, nenhum dos artigos fez menção aos requisitos do sistema de categorias e em aproximadamente 83% dos artigos não foram descritas as categorias. Vale ressaltar que utilizar categorias e não as definir dificulta a inferência e interpretação por parte do pesquisador e o entendimento do processo de categorização por parte do leitor. No entanto, os artigos apresentaram o cuidado de não ter um número excessivo de categorias, o que dificulta a interpretação (Moraes, 1999). Mas, o uso de apenas um nível de categoria (categorias finais) mostra a prevalência nas pesquisas de gerenciamento de projetos pela abordagem direta e objetiva em apenas um nível de análise.

Houve um equilíbrio na definição do tipo de tratamento dos dados empregado, sendo uma pequena predominância do tipo manifesto com aproximadamente 48% dos artigos em relação 43% dos artigos do tipo latente. Como houve predominância da abordagem quantitativa da AC, mostrado anteriormente, é coerente que o tipo manifesto predomine no *corpus* estudado.

O método para tratamento dos dados foi mencionado em aproximadamente 83% dos artigos e as categorias serviram como referência para inferência e interpretação em 52% dos artigos aproximadamente. Esses resultados são coerentes com os resultados informados anteriormente em que a maioria dos estudos definiram um quadro teórico, pois este será utilizado principalmente no momento da inferência e interpretação.

Em cerca de 93% dos artigos não foram informadas as limitações do método análise de conteúdo, contraindo o recomendado pelos autores de metodologia de pesquisa em geral e de AC em particular.

Os resultados sugerem que os artigos de gerenciamento de projetos: (1) tendem na pré-análise a uma amostragem formada por materiais naturais e selecionados de forma criteriosa, com quadro teórico definido e foco na mensagem como elemento de comunicação em estudo com análise *a priori* de forma quantitativa ou qualitativa com classificação semântica; (2) tendem na exploração do material a ter uma codificação temática e frequencial, entre 2 e 12 categorias extraídas de um nível de análise e (3) tendem no tratamento dos resultados a equilibrar os tipos de tratamentos manifesto e latente; tendem a algumas vezes realizar a inferência e interpretação a partir das



categorias e outras não, e tendem as limitações do método a serem geralmente não informadas.

## 5. Considerações Finais

Este trabalho descritivo propõe um *framework* metodológico para a análise de conteúdo e, a partir dele, investiga o uso desse método nas pesquisas em gerenciamento de projetos. O delineamento de pesquisa emprega pesquisa bibliográfica para a criação do *framework* e o método análise de conteúdo (tendo como referência o *framework*) na base EBSCO para análise do uso da AC no campo do gerenciamento de projetos.

Os resultados mostraram que o *framework* proposto pode auxiliar os pesquisadores a melhor aplicar a análise de conteúdo, além de sugerir que o uso do método AC em termos de quantidade e qualidade nas pesquisas em gerenciamento de projetos deve ser ampliado.

A AC é utilizada por praticantes e acadêmicos, por isso, inspira implicações práticas e teóricas. Em termos práticos, o *framework* serve como um guia flexível para a realização de pesquisas no setor privado que pode aumentar a confiabilidade do processo decisório de executivos. Em termos teóricos, o *framework* pode estimular os pesquisadores em geral, sobretudo em gerenciamento de projetos, a utilizarem a análise de conteúdo para contribuir com o desenvolvimento de seus campos de pesquisa. Ademais, este estudo fornece uma visão geral do uso da AC no campo do gerenciamento de projetos.

Como estudos futuros recomenda-se: (1) caracterizar o uso da AC em outras áreas de pesquisa, diferentes do gerenciamento de projetos; (2) corroborar o *framework* proposto em materiais produzidos para fim de pesquisa como transcrições de entrevistas e respostas a questionários e formulários.

## Referências

- Ahsan, K., Ho, M., & Khan, S. (2013). Recruiting project managers: a comparative analysis of competencies and recruitment signals from job advertisements. *Project Management Journal*, 44(5), 36-54. doi: 10.1002/pmj.21366
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. W. Bauer & G. Gaskell. (Eds.), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*. (2a ed, Capítulo 8, pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Camara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179-191.
- Castro, T. G., Abs, D., & Sarriera, J. S. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(4), 814-825. doi: 10.1590/S1414-98932011000400011
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., & Pinheiro, M.M.K. (2014). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(1), 13-18. Recuperado de <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed). São Paulo: Cortez.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed). Trad. L. de O. Rocha. Porto Alegre: Artmed.
- Elo, S., & Kyngas, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107–115. doi: 10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* (2a ed). Brasília: Liber livro editora.
- Freire, W. (2010). Metodologias em representações sociais aplicadas ao estudo de programas de jornal na educação. *Conhecimento & Diversidade*, 3, 51–64. Recuperado de [http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/509](http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/509)
- Freitas, H., Cunha, M.V.M Jr., & Moscarola, J. (1997). Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. *RAUSP*, 32(3), 97-109. Recuperado de [http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/1997/1997\\_052\\_RAUSP\\_Freitas\\_Cunha\\_Moscarola.pdf](http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/1997/1997_052_RAUSP_Freitas_Cunha_Moscarola.pdf)
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5a. ed). São Paulo: Atlas.
- Graneheim, U. H., & Lundman, B. (2004). Qualitative content analysis in nursing research: Concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. *Nurse Education Today*, 24, 105-112. doi: 10.1016/j.nedt.2003.10.001
- Ghiglione, R., Beauvois, J. L., Chabrot, C., & Trognon, A. (1980). *Manuel D'analyse de Contenu*. Paris: Armand Colin.
- Harwood, T. G., & Garry, T. (2003). An overview of content analysis. *The Marketing Review*, 3, 479-498. doi: 10.1362/146934703771910080
- Holsti, O. (1969). *Content analysis for social sciences and humanities*. Boston: Addison Wesley.
- Machado, M.N.M. (2007). Entrevistas de pesquisa não-estruturadas e semi-estruturadas In: *Administração, metodologia, organizações, estratégia* (2a ed). Curitiba: Juruá Editora.
- Minayo, M.C.S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Minayo, M.C.S. (Org.). (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32. Recuperado de [http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise\\_de\\_conteudo\\_moraes.html](http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html)
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *RAC*, 15(4), 731-747. doi: 10.1590/S1415-65552011000400010
- Oliveira, D. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização.





V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade

International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Revista de enfermagem da UERJ, 16(4), 569-576. Recuperado de <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>

Oliveira, E., Ens, R., Andrade, D., & Mussis, C. R. (2003). Análise de conteúdo e pesquisa na área de educação. *Revista Diálogo Educacional*, 4(9), 11-27. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118067002>

Martens, M. L., Brones, F., & Carvalho, M. M. (2013). Lacunas e tendências na literature de sustentabilidade no gerenciamento de projetos: uma revisãosistemática mesclando bibliometria e análise de conteúdo. *Revista de Gestão e Projetos - GeP*, 4(1), 165-195. doi: 10.5585/gep.v4i1.123

Neundorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. Thousands Oaks: Sage.

Polit, D. F., & Beck, C. T. (2004). *Nursing research: Principles and methods*. Philadelphia, PA: Lippincott, Williams & Wilkins.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a. ed). São Paulo: Atlas.

Roesch, S. M. A. (1999). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos*. São Paulo: Atlas.

Rose, R., Spinks, N., & Canhoto, A. I. (2015). *Management research: applying the principles*. New York: Routledge.

Silva, J. R. S., Assis, S. M. B. (2010). Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 10(1), 146-152. doi: 10.1590/S0103-73312009000300013

Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (Trad. Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da PURCS, 2a ed). Rio de Janeiro: Vozes.

Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: 10.1590/S0102-311X2008000100003

Vergara, S. C. (2012). *Métodos de pesquisa em administração* (5a ed). São Paulo: Atlas.

Vala, J. (2003). A Análise de Conteúdo. In: A.S. Silva; J. M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (12a ed). Porto: Edições Afrontamento, 101-128.

Silva, A. H., & Fossa, M. I. T. (2013). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. IV Encontro de Ensino e Pesquisa de Administração e Contabilidade (ENEPQ), Brasília, Distrito Federal, Brasil.